



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FELIPE CAMARGO FERNANDES

**A REPRESENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DA COLEÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

FELIPE CAMARGO FERNANDES

**A REPRESENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DA COLEÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Orientadora: Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363r Fernandes, Felipe Camargo.
A representação das populações negras nos livros didáticos de história da coleção [manuscrito] : história, sociedade e cidadania / Felipe Camargo Fernandes. - 2022.
29 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.
"Orientação : Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Livro didático. 2. Plano Nacional do Livro Didático - PNLN. 3. Ensino de história. I. Título

21. ed. CDD 372.89

FELIPE CAMARGO FERNANDES

**A REPRESENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS NOS LIVROS DIDATICOS DE
HISTÓRIA DA COLEÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em História.

Área de concentração: Licenciatura em
História

Aprovado em: 25/03/2022.

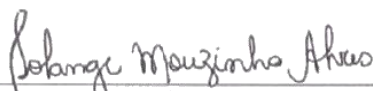
BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves - Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro – Examinadora Interna
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Solange Mouzinho Alves – Examinadora Externa
Professora da Rede de Ensino Pública e Privada da Paraíba

Aos meus avós maternos Francisca e Raimundo os únicos que conheci e amei (in memoriam).

A minha mãe Maria.

A Josy, meu Amor, esposa, companheira e amiga, que compartilha comigo, todos os momentos.

Ao meu filho Dante por me fazer uma pessoa melhor e mais feliz.

A todos(as) os(as) professores(as) que contribuíram para que esse momento fosse possível, tanto aos da UEPB, quanto aos que vieram antes.

Aos amigos que fiz durante esses anos na graduação, em especial, Everton e Janaina pela parceria.

E é claro a minha orientadora e professora Márcia de Albuquerque, que pegando emprestado a metáfora de Rubens Alves, é um Jequitibá em meio a tantos Eucaliptos, toda minha gratidão por contribuir com o desenvolvimento desse trabalho, pessoas como você são essenciais dentro e fora do contexto educacional.

“Papai, então me explica para que serve a história.”

Marc Bloch

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COGEAM	Coordenação-Geral de Materiais Didáticos do MEC
Colted	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
EEEFMMJS	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Jose de Souza
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
Fename	Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
Plidef	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SEB	Secretaria de Educação Básica
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 O LIVRO DIDÁTICO E O PNLD	09
2.1 PNLD E SUA TRAJETÓRIA	11
2.1.1 PNLD.....	12
2.1.2 GUIA DO PNLD 2018	13
3 OS/AS NEGROS/AS NA HISTÓRIA DO BRASIL: O QUE MUDA COM A LEI 10.639/2003?	15
4 O LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA	17
4.1 CONTEÚDOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A ÁFRICA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E O/A NEGRO/A NA COLEÇÃO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

A REPRESENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA COLEÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA

THE REPRESENTATION OF BLACK POPULATIONS IN THE HISTORY TEXTBOOKS OF THE COLLECTION: HISTORY, SOCIETY AND CITIZENSHIP

Felipe Camargo Fernandes*

RESUMO

Este artigo tem em sua principal finalidade analisar a representação das pessoas negras nos livros didáticos da coleção História, Sociedade e Cidadania, cujo autor é Alfredo Boulos Junior, coleção essa aprovada no PNLD de 2018. Os procedimentos metodológicos adotados se deram por meio de uma pesquisa documental e também pela utilização dos três livros didáticos da referida coleção como fonte de pesquisa. A fundamentação teórica está embasada nas discussões relativas a temática como: Barros (20115), Bittencourt (2008,2020), Caime (2017), Choppin (2004), Munakata (2016) entre outros, além da análise de documentos que compõem o próprio PNLD de 2018, como seus respectivos edital e guia, que possibilitam trazer as discussões em torno da temática da história da África e da cultura afro-brasileira contida em ambos, seguindo com a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 inserida no contexto educacional bem como suas finalidades, terminando com a análise dos livros didáticos da coleção que correspondem aos três anos do Ensino Médio. Enquanto resultado, foi identificado que existe nesta coleção a questão da implementação da referida lei, no entanto, é necessário clareza por parte do(a) professor(a) para ir além do que demanda a discussão do livro didático.

Palavras-chave: Livro didático. PNLD. Ensino de História. Lei 10.639/2003.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to analyze the representation of black people in the textbooks of the History, Society and Citizenship collection, whose author is Alfredo Boulos Junior, a collection approved in the PNLD of 2018. The methodological procedures adopted were carried out through a documental research and also for the use of the three textbooks of the aforementioned collection as a source of research. The theoretical foundation is based on discussions on the subject such as: Barros (2015), Bittencourt (2008,2020), Caime (2017), Choppin (2004), Munakata (2016) among others, in addition to the analysis of documents that make up the PNLD of 2018, such as their respective public notice and guide, which make it possible to bring the discussions around the theme of the history of Africa and the Afro-Brazilian culture contained in both, following the obligation of Law 10.639/2003 inserted in the educational context as well as its purposes, ending with the analysis of textbooks in the collection that correspond to the three years of high school. As a result, it was identified that there is in this collection the issue of implementation of that law, however, clarity is needed on the part of the teacher to go beyond what the discussion of the textbook demands.

Keywords: Textbook. PNLD. History Teaching. Law 10.639/2003.

* Aluno de graduação do curso de licenciatura plena em história na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I
E-mail: felipe.fernandes@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso surgiu inicialmente não com intuito de analisar o livro didático em si, mas em analisar a escrita sobre a população negra em obras que abordasse a História do Brasil, e posteriormente foi tomando o rumo de analisar o mesmo objeto, só que em Livros Didáticos - LD¹, e por que LD? Porque os LD's na maioria das vezes são os primeiros, e em alguns casos, os únicos livros que muitos(a) alunos(as) leem em sua vida. E por que a análise sobre a população negra? A resposta pode ser óbvia, ou não, neste caso pela importância de conhecermos nossa própria história que está intimamente relacionada com a história dos povos africanos, e pela importância da implementação do ensino de história da África e Cultura afro-brasileira, obrigatória desde a Lei 10.639/2003, além da utilização do próprio LD na escola, sendo o mesmo a principal ferramenta de auxílio ao professor no processo de ensino-aprendizagem.

A sociedade brasileira do século XXI é fruto de diversos processos sociais que ocorreram e continuam a ocorrer. Todavia, mesmo diante de tantas mudanças, algumas práticas inaceitáveis como o racismo, por exemplo, ainda hoje persiste com certa frequência. Diante deste contexto, foi nascendo a inquietação de perceber como a população negra é retratada nos LD's e refletir como essa escrita contribui ou deixa de contribuir para reforçar ou desconstruir os estereótipos sobre os mesmos, dessa forma faz se necessário entender a trajetória de lutas anteriores para que a promulgação da Lei 10.639/2003 pudesse ser feita, contribuições essas feitas pelo movimento Negro².

Um dado interessante a se analisar é que mesmo com a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira em 2003, o presente autor não se recorda de ter ouvido em sua trajetória escolar e formativa anterior ao ensino superior, ou até mesmo visto no próprio LD, referências a personagens negros como protagonistas, nem mesmo como personagens que ficassem em segundo plano, levando em consideração que finalizou o ensino médio em 2010. O seu contato com a história da África se deu ao cursar o componente curricular em História da África pela UEPB no segundo período do curso de História, em 2017 com a professora Aline Praxedes. Este evento o fez refletir que se não tivesse optado por este curso, dificilmente teria conhecimento da grandeza e da infinidade de produções sobre o continente africano, bem como de sua importância para a história do Brasil.

Assim surgiu sua a motivação para analisar uma das coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018, coleção essa usada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Jose de Souza - EEEFMMJS da cidade de Montadas-PB, a mesma em que cursou o Ensino Médio e no lugar onde reside desde sempre.

Desta forma se definiu o objetivo deste estudo de analisar a escrita sobre os(as) negros(as) nos LD da coleção: **História, Sociedade e Cidadania**, bem como, observar se esta

¹ A partir de agora usarei essa abreviatura para me referir ao livro didático no texto.

² Podemos entender como luta desses movimentos, desde a formação dos quilombos até os movimentos mais recentes de descendentes de quilombolas que ainda lutam pelo direito as terras em que vivem, no pós abolição com as condições degradáveis que os ex-escravizados foram deixados, os mesmos começam a se organizar, e a formar grupos, em 1920 a imprensa negra começa suas atividades, em 1931 a Frente Negra é fundada, 1944 é fundado o Teatro experimental Negro (TEN), em 1954 surge a Associação Cultural do Negro (ACN), na década de 60/70 do século XX surgem fatos importantes como as lutas dos negros norte-americanos, mesmo após o golpe de 1964 surgem o Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África), no Rio de Janeiro, o Movimento Negro Unificado (MNU) que se consolida como entidade negra nacional, a partir de 1970 o movimento foca na luta para incluir a história das pessoas negras no currículo escolar, de forma que toda essa luta culminou posteriormente na aprovação da Lei 10.639/2003 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com relação a temática ver: AIRES, José Luciano de Queiroz. [et al], organizadores -... **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

escrita está compactuando com a história oficial, ou se apresenta subsídios para alavancar reflexões sobre a atuação protagonista da população negra e sua própria história.

Este estudo pode contribuir para diminuir as lacunas referentes ao ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, bem como acrescentar aos estudos do próprio LD uma perspectiva de análise com outro olhar. Esta pesquisa pretende ainda contribuir com uma reflexão sobre a importância da abordagem dos(as) negros(a) na formação do Brasil na literatura didática, e com isso, por meio desse estudo, gerar conhecimento sobre a temática afim de desconstruir preconceitos e estereótipos sobre os afrodescendentes. Este ainda pode contribuir com a atuação docente, por possibilitar ao mesmo uma reflexão de como abordar o conteúdo de história e cultura afro-brasileira a partir da perspectiva da história-problema tomando como elemento norteador as demandas necessárias e não contempladas no LD. Estas provocações podem inclusive impulsionar o senso crítico dos discentes que vão atuar, mediante estes conceitos, diretamente na sociedade.

Enquanto fundamentação teórica, este estudo têm como base Barros (2015), Bittencourt (2008,2020), Caime (2017), Choppin (2004), Munakata (2016) entre outros que vêm embasar o caminho desta discussão mediante a temática do Ensino de História, LD e a representação da população negra.

O caminho metodológico adotado perpassa inicialmente uma pesquisa bibliográfica, a qual permitiu a percepção de questionamentos e inquietações mediante o objeto de análise. Todavia, esta pesquisa é de natureza qualitativa, a qual se utiliza da técnica de análise de texto. Neste sentido, as fontes utilizadas são os Livros Didáticos da Coleção **História, Sociedade e Cidadania**. Para compor o quadro teórico e metodológico, foram consultados também alguns livros referentes ao ensino de história e cultura afro-brasileira, além de livros que tratam do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, plataformas digitais do PNLD, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Memorial do PNLD. Para nortear a escolha das fontes, foram pesquisados também os Editais referentes aos PNLD 2012,2015 e 2018, o Guia do PNLD 2018 e Artigos referentes a temática proposta. Enquanto base normativa para a pesquisa utiliza-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a Lei n. 10.639/2003 referente ao ensino de história e cultura afro-brasileira.

O tratamento aos dados coletados se deu mediante a utilização do programa da *Microsoft Word 2010*. Neste foram construídas as planilhas, as quais contemplaram: capa, informações gerais dos livros, capítulos e conteúdos abordados. Após esta tabulação, a análise se fez presente no confronto de leituras de base e informações decorrentes das fontes.

Por fim, se organiza de acordo com os seguintes tópicos: a discussão sobre o próprio LD, o PNLD (seus respectivos, Guia e Edital), seguindo com a população negra na história do Brasil e o que muda com a inserção da Lei 10.639/2003, finalizando com a análise do negro dentro da escrita dos livros da coleção escolhida.

2 O LIVRO DIDÁTICO E O PNLD

Ao iniciar esta discussão se faz pertinente classificar o Livro Didático, pois o mesmo não é um livro comum, nem ao menos atende a simples necessidades, bem como sua produção tem uma finalidade específica. Para Bittencourt (2020, p.71, *grifo da autora*),

O livro didático é, antes de tudo, uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores.

Como aborda Bittencourt (2020), antes de tudo o LD é uma mercadoria, que atende a uma clientela específica, e para isso, existe todo um processo como a mesma retrata de produção desse livro, que reflete diretamente aos interesses do mercado. E ainda segundo Bittencourt (2008, p.311) o mesmo LD, “[...] Enquanto mercadoria insere-se na lógica de venda e requer definições sobre preço e formas de consumo. Trata-se de livro cujo destinatário principal é professor, sujeito que decide sobre sua compra e formas de utilização.”.

O(a) professor(a) é o principal destinatário porque é quem escolhe a coleção de LD que será utilizada durante o período de tempo estipulado de cada ciclo (3 anos) do PNLD, sendo assim, há várias formas e critérios adotados pelos mesmos afim de escolher a coleção que será utilizada; e as editoras, como aponta Bittencourt (2008, p.311-312), dão um certo incentivo para facilitar a escolha do(a) professor(a), “[...] Oferecem-lhes cursos, criam materiais anexos que acompanham as obras e esmeram-se em apresentar o livro como um produto “novo”, seguindo das últimas inovações pedagógicas ou das propostas curriculares mais atuais. [...]”

Caimi (2017, p.36-37) completa, que:

[...] o livro didático responde às mais diversas necessidades e demandas: trata-se de um produto do/para o mercado, que se insere no campo da concorrência comercial, portanto, precisa ser atrativo, escolhido, consumido; trata-se de um material que necessita responder às políticas educativas e curriculares do Estado e também às expectativas formativas da sociedade; trata-se de um instrumento que dialoga com a produção científica, por isso não pode perder de vista os percursos da ciência de referência, nem tampouco ignorar a autoridade intelectual exercida pelos especialistas.

Dessa forma, Caimi (2017) destaca ainda a importância dos materiais didáticos para o Brasil, de maneira tal que o país tornou-se o maior comprador de LD's do mundo. Se esses dados já eram substancialmente altos em 2016, em 2018 eles ultrapassam mais de 1,4 bilhão de reais, como mostra a tabela 01.

Tabela -01 dados estatísticos de gastos com compras de LD em 2018

Ano do PNLD	Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)
					Aquisição
PNLD 2018	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	39.465	9.569.765	26.359.755	239.238.536,30
	Anos Finais do Ensino Fundamental	46.312	9.818.107	27.615.896	251.757.569,09
	Ensino Médio	19.921	7.085.669	89.381.588	879.770.303,13
	PNLD Campo	55.619	2.588.165	7.167.788	50.305.263,29
	Educação de Jovens e Adultos - EJA	28.488	2.075.973	3.374.120	46.160.440,28
	Total do PNLD 2018	117.566	31.137.679	153.899.147	1.467.232.112,09

Fonte: FNDE³

Com isso pode-se perceber o tamanho do investimento que é feito em compras de materiais didáticos, alavancando o Brasil ao posto de maior comprador de LD do mundo.

³ Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em 07 Fev. 2022.

Ainda assim, a definição de mercadoria é só uma das possíveis para o LD. De acordo Munakata (2016, p.121 apud LIVRES, 2005)

Uma definição provisória, adotada por muitos pesquisadores, enuncia que o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte – impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. -, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos.

E esse LD como continua Munakata (2016, p.123) “é, em primeiro lugar, o portador de saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar. De modo geral o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou do que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização”.

Para além de suas definições, estão as funções que o LD desempenha, que são, segundo Choppin (2004, p. 553),

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações. 2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc. 3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, subreptícia, implícita, mas não menos eficaz. 4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores.

Dessa forma, o LD assume um papel a mais do que um simples produto de vendagem, suas funções, como aponta Choppin (2004), estruturam uma série de atributos que auxiliam o professor na mediação dos conteúdos, seja no contexto curricular, pedagógico, ideológico ou cultural, possibilitando ao aluno caminhos para tornar-se um ser crítico.

2.1 PNLD E SUA TRAJETÓRIA

Para reflexão sobre os impactos do PNLD na oferta de livros didáticos, é necessário lembrar a construção de políticas públicas que vão se elaborando de forma diversificada, e por vezes errática, na vigência dos governos que se sucedem. Paulatinamente, vai-se tomando consciência de que o livro didático não é apenas uma questão de políticas de governo, mas trata-se igualmente de políticas públicas de Estado. Essa trajetória inicia-se na década de 1930. (BEZERRA, 2017, p.68-69)

Em 1937 foi criado o Instituto do Livro Didático – INL dando início às políticas públicas relacionadas à produção e distribuição de materiais didáticos. A partir de então, vários programas vão surgindo ao longo dos anos com novas nomenclaturas e funções dentro da perspectiva de formulações dos materiais didáticos, como podemos observar na tabela 02.

Tabela – 02 - Cronologia dos programas relacionados ao LD referentes aos anos (1937-1985)

DECRETO/PORTARIA	ANO DE CRIAÇÃO	PROGRAMA
Decreto Lei nº 93	1937	INL
Decreto Lei nº 1.006	1938	CNLD
Decreto Lei nº 8.460	1945	_____
_____	1966	Colted
Portaria nº 35	1970	_____
_____	1971	Plidef
Decreto Lei nº 77.107	1976	Fename
_____	1983	FAE
Decreto Lei nº 91.542	1985	PNLD

Fonte: elaborada pelo autor, 2022.

2.1.1 PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático –PNLD, surge por meio do decreto nº 91542, de 19 de agosto de 1985 e a partir do mesmo ano torna-se responsável pela aquisição, avaliação e distribuição dos LD's junto ao MEC e ao FNDE. O PNLD contempla atualmente os quatro níveis da educação pública: Educação infantil, Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), Anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com o PNLD surgem modificações relativas aos programas anteriores, como: indicações do LD pelos professores; reutilização do livro (extinto o livro descartável); melhorias relativas às especificações técnicas para produção do LD; fim da participação financeira dos estados, deixando aos mesmos o papel apenas de consumidores, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Apoio ao Estudante (FAE) e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

Os mecanismos de funcionamento do PNLD se dão a partir de alguns critérios, as editoras têm que se inscrever para participar do PNLD em prazos definidos pelo FNDE e divulgados em edital; as obras inscritas pelas editoras passam por triagem técnica, física e pedagógica; essa avaliação é feita por uma instituição escolhida por meio de chamada pública, e de especialistas de várias áreas que, posteriormente, escrevem resenhas críticas para compor o Guia do PNLD, material que é disponibilizado para auxiliar os professores em sua análise e escolha.

O edital é responsável pela convocação dos editores, e por apresentar um série de requisitos aos quais as editoras devem seguir ao produzir uma obra e submetê-la a avaliação do PNLD. Dessa forma, podemos encontrar várias informações contidas nos editais, tais como: prazos; as características da obra: tanto de sua formatação, quanto ao conteúdo que deve abarcar; os critérios de eliminação; em suma, todas as informações que devem ser seguidas para uma possível aprovação da obra. Assim, pode-se perceber que o edital do PNLD traz consigo a responsabilidade de balizar as novas coleções de LD, coleções essas que farão parte do processo de ensino-aprendizagem das escolas públicas do Brasil, seja na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, ou EJA. O processo que precede o lançamento do edital começa segundo Brasil (2017, p.12)

[...] Como política de Estado, o dispositivo jurídico é redigido pela Comissão Técnica, juntamente com a equipe da COGEAM – Coordenação-Geral de Materiais Didáticos do MEC e lançado dois anos antes da distribuição dos livros aos estudantes. Neste caso, PNLD 2018, o edital foi publicado em 2015. Por meio de Edital, autores e editores são convocados a inscreverem suas obras, que foram, em seguida, submetidas à pré-análise da avaliação pedagógica. No PNLD 2018 foram avaliadas dezenove coleções no componente curricular História.

Neste caso, de acordo com o objeto em questão, esta discussão contempla o Ensino Médio, e com isso a análise de uma das treze coleções que foram aprovadas entre as dezenove avaliadas pelo PNLD 2018. Dentre os princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas destinadas ao Ensino Médio, o edital do PNLD 2018, tanto quanto seus últimos dois editais 2015 e 2012 trazem como uma das premissas obrigatórias como critério de eliminação das obras, as produções que não obedecerem a estatutos que regulamentam o Ensino Médio, e dentre esses critérios eliminatórios **estão alguns referentes ao ensino de história da África e cultura afro-brasileira,**

[...] **b.1.** Lei nº 10.639/2003 – obrigatoriedade da temática "*História e Cultura Afro-Brasileira*"

b.2. Lei nº 11.645/2008 – obrigatoriedade da temática "*História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*" [...]

f.2. Parecer CNE/CP nº 3, 10/03/2004 e Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 – Aborda assunto relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a *Educação das Relações Étnico-Raciais* e para o *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. [...] (BRASIL, 2015, p.33, grifo nosso)

Esses critérios são comuns a todas as áreas de ensino. Com relação aos critérios específicos da área de história, o edital do PNLD 2018 dispõe de um campo com critérios próprios de eliminação, como por exemplo, coleções que não contemplarem alguns itens eliminatórios, e dentre esses itens, está **à inserção da Lei 10.639/2003**, dessa forma o LD deve,

[...] **t.** desenvolve abordagens qualificadas sobre a *história e cultura da África, dos afrodescendentes, dos povos afro-brasileiros e indígenas*, em consonância com as *leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008*, tratando esses sujeitos na sua historicidade e mostrando sua presença na contemporaneidade de forma positiva; [...]. (BRASIL, 2015, p.47, grifo nosso)

Podemos perceber tantos nos critérios comuns a todas as áreas, como nos próprios da área de história uma atenção para com o cumprimento das Leis e Diretrizes que legitimam o ensino de história da África e da Cultura Afro-brasileira, de forma **a não permitir** que as coleções que abarcarem conteúdos inapropriados referentes à história da África e da cultura afro-brasileira, sejam aprovadas, bem como as obras que, como aborda Brasil (2015, p.34, grifo nosso)

[...] veicularem *estereótipos* e preconceitos de condição socioeconômica, regional, *étnico-racial*, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos, [...]

2.1.2 GUIA DO PNLD 2018

O Guia do PNLD é uma ferramenta para auxiliar o(a) professor(a) na escolha da coleção de LD. No caso do Guia do PNLD 2018, os principais objetivos da elaboração do guia para com o professor são de acordo com Brasil (2017, p.08) “[...] auxiliá-lo na escolha das coleções que serão adquiridas e distribuídas pelo Estado nos próximos três anos e

convidá-lo a refletir sobre o lugar do componente curricular História no desenho do Ensino Médio”.

O Guia traz a descrição de toda equipe avaliativa que participou do processo, bem como a instituição responsável pela avaliação. No caso do PNLD 2018 foi a Universidade Federal de Sergipe-UFS, e continua se estruturando em quatro etapas, sendo a primeira com a problematização do ensino de história e a discussão da inserção do novo Ensino Médio e da BNCC, e com isso como aponta Brasil (2017, p.10, *grifo nosso*)

Os Guias também estimularam autores e editores a qualificarem a abordagem sobre combate à homofobia, as singularidades culturais dos povos indígenas e *afrodescendentes*, as identidades juvenis e as especificidades da aprendizagem histórica para o Ensino Médio.

Com o mesmo objetivo, os Guias noticiaram a ampliação do espaço concedido à *História da África*, à imagem da mulher, à compreensão da historicidade da cidadania em toda a obra e à problematização dos conhecimentos prévios dos estudantes. Foram mudanças positivas que indicam a importância do PNLD como política de Estado (Decreto lei n. 7084/2010).

Dessa forma o Guia do PNLD 2018 aborda a discussão sobre ensino de história da África e cultura afro-brasileira, como forma de incentivar tanto autores como professores a tratar a temática com mais ênfase, e continua segundo Brasil (2017, p.19, *grifo nosso*).

No esforço para distanciarem-se do eurocentrismo, justificam a inclusão das *histórias da África*, dos povos indígenas e *afro-brasileiros* (prescrições legais), e também as histórias da Índia e da China como meios de conhecimento e respeito à diversidade cultural”.

Na segunda etapa são abordados os critérios, princípios e processos de avaliação, que condiz a um tipo de “resumo” do que está contido em alguns itens do edital do PNLD 2018, com objetivo de inteirar o professor sobre tais aspectos, já que os editais têm em sua finalidade atender as editoras; na terceira etapa há uma análise do perfil das obras aprovadas.

Na última etapa são apresentadas as resenhas de todas as coleções aprovadas, essas resenhas são divididas em quatro tópicos. A resenha da coleção **História, Sociedade e Cidadania**, começa com as informações do nome da coleção, do autor, data de publicação e nome da editora; seguindo pelo primeiro tópico analisado, a *visão geral da obra* que traz uma síntese da estruturação da obra, suas competências e princípios, conteúdos e atividades. O segundo tópico é apresentado à *descrição da obra*, de como é dividida, tanto no LD direcionado ao(a) professor(a), como no LD para o(a) aluno(a).

No terceiro tópico a *análise da obra* é abordado o componente curricular de história, e como o mesmo vai ser tratado de forma cronológica, bem como a metodologia adotada. Em seguida vem à proposta pedagógica e a formação cidadã; ainda nesse tópico é apresentado um trecho referente à abordagem ensino de história da África e cultura afro-brasileira,

A História e a cultura da África, dos afro-brasileiros e dos povos indígenas são abordadas como temática central de alguns capítulos, seções, atividades e textos complementares, não se restringindo ao texto principal. O tratamento concedido à História da África demonstra o protagonismo dos povos africanos e afro-brasileiros em diversos momentos da história. As populações africanas são representadas como uma tradição antiga e diversificada, que, em contato com outras, receberam influências e influenciaram diferentes sociedades. [...]. (BRASIL, 2017, p.69, grifo do autor)

Não somente na coleção **História, Sociedade e Cidadania** aparece essa referência ao ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, mas os outros doze resumos de

coleções que fazem parte do Guia do PNLD 2018 também trazem no tópico *Análise da obra* trechos referentes à temática, alternando entre as formas de abordagens da mesma.

O último tópico, *Em sala de aula*, traz um diálogo com professor(a) abordando as principais ferramentas e fontes utilizadas nos volumes da coleção, tal como também, o respeito aos princípios éticos, de acordo com Brasil (2017, p.70)

[...] A abordagem sobre a história e cultura da África, dos afrodescendentes e dos povos afro-brasileiros é qualificada, contribuindo para a construção do conhecimento histórico acerca da formação da identidade brasileira, sem estereótipos e preconceitos.

O Guia do PNLD 2018 salienta em pontos específicos a importância do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira e dá subsídios para o(a) professor(a) escolher a coleção que julgue tratar de melhor forma a temática em questão.

3 OS/AS NEGROS/AS NA HISTÓRIA DO BRASIL: O QUE MUDA COM A LEI 10/639/2003?

[...] tão intensas foram às relações e as trocas entre as duas margens do Atlântico. O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. (SILVA, 1994, p.39)

Por esse “não conhecer” a história da África e da cultura afro-brasileira, gera-se um só ponto de vista sobre a temática refletindo em um tipo de ensino de história engessado, que não gera questionamentos críticos. De acordo com Ribeiro (2009, p.07-08),

QUANDO CRIANÇA fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, [...] O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares na serra da Barriga, em Alagoas, perdeu por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava – palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação do outrem.

Esse testemunho de Ribeiro (2019) reflete o tipo de ensino de história que a mesma tinha, e assim como ela, quantas crianças negras não cresceram e ainda hoje crescem ouvindo uma história única sobre a temática em questão?! Acredita-se que inúmeras. Desta forma, faz-se mais que necessário à inserção da Lei 10.639/2003, com objetivo de, segundo Macedo (2021) ampliar as discussões sobre a África e os afrodescendentes mediante a história do Brasil nos currículos tradicionais.

As consequências geradas por essa desinformação ou omissão dos povos negros na história, geram estereótipos e racismo, além de uma série de preconceitos com pessoas de origens afrodescendentes, refletindo na forma de como os(as) negros(a) são representados na história do Brasil, relegando-os a segundo plano não só na história, como na vida em sociedade, como aborda Alves (2019, p.37),

Há mais de um século, a escravidão negra foi, oficialmente, abolida no Brasil. No entanto, a luta de resistência dos povos negros persiste, atualmente, concernente à falta de respeito e dignidade, entre outros elementos, fruto da desigualdade social decorrente do racismo presente em várias esferas da nossa sociedade [...].

Mesmo com mais de um século do fim da prática escravista no Brasil, as feridas deixadas pela escravidão continuam abertas em forma de desigualdade social e preconceitos raciais. Como Alves (2016) aborda, as diversas esferas da sociedade são compostas por uma maioria de pessoas de outras etnias, e mesmo assim, ainda não são reconhecidas. E reforça Serrano e Waldman (2010, p. 19, *grifo dos autores*),

No Brasil, o grupo afrodescendente, mesmo constituindo *maioria demográfica* no Brasil, forma simultaneamente uma *minorias sociológica*. Em outras palavras, o grupo está sub-representado na maioria das esferas da vida social. Essa ausência de representatividade obviamente repercute no sistema de ensino, que desqualifica ou simplesmente se cala a respeito da história e da cultura negro-africana.

Assim, esse não ensino de história da África e cultura afro-brasileira contribui para reforçar esse posto que os afrodescendentes ocupam nas esferas sociais, e não basta ir muito longe para perceber, é fato observado nas profissões. Os médicos e médicas, juízes e juízas, engenheiros e engenheiras, quantos(as) negros(a) estão a ocupar estes cargos? Por que não os ocupam? A falta de representatividade do negro(a) na história do Brasil tem parcela importante nesse contexto que o(a) excluí.

A LDB de 1996 traz um único trecho que trata do ensino da cultura africana na história do Brasil, no Art.26 em seu quarto inciso,

§4º O ensino da História do Brasil *levará em conta* as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. (BRASIL, 1996, *grifos nossos*).

Já com a Lei 10.639/03, a Lei 9.394/03 é alterada, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, como descrito em seus artigos,

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...]

A LDB de 1996 salienta que o ensino de história do Brasil levará em conta as culturas e etnias que formaram o povo brasileiro, mas nem em maior ou menor medida diz que é obrigatório representar as três etnias, nem tão pouco como deve ser essa representação. Ao tornar obrigatório, mas deixando livre o “como”, o(a) negro(a) acaba por ser representado como sendo aquele que contribui somente para como mão-de-obra para a formação do Brasil, sendo idealizado como inferior, enxergado somente como escravizado e passivo.

Com a Lei 10.639/03 esse contexto muda, torna-se obrigatório o ensino, não só de cultura afro-brasileira, como de história da África, mas não de uma história tradicional/oficial⁴, o(a) negro(a) tem que ser representado(a) pela sua luta, resistência, por

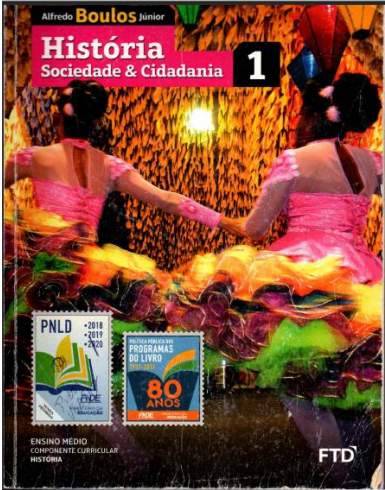
⁴ Podemos entender como história tradicional/oficial, a historiografia que surge no século XIX, uma história positivista/metódica que até boa parte do século XX influencia a escrita de obras de história do Brasil, história essa que busque retratar os grandes heróis, heróis que tem características específicas, são: brancos, europeus e

sua contribuição na formação da sociedade brasileira, isso tanto no ensino fundamental, como no médio, em âmbito público ou particular. Ainda temos uma segunda Lei que de certa forma é mais detalhada, o Decreto nº 4.886 (20/11/2003) que trata de estabelecer a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial- PNPIR, e tem como principal objetivo a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, por meio de uma série de objetivos, princípios e ações a serem tomadas contidas no mesmo decreto⁵.

4 O LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

O LD apesar dos vários meios de informação e metodologias de ensino continua sendo uma das principais ferramentas, se não a principal, no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, servindo como “ponte” entre professores(as) e alunos(as), podendo alavancar certos personagens e silenciar outros, dessa forma faz se pertinente à análise do mesmo, pois o LD não é produzido sem uma finalidade, nem mesmo quem o produz está isento de uma ideologia. Nos quadros⁶ 01 a 03 serão apresentados os três LD utilizados na EEEFMMJS no ano letivo de 2021.

Quadro – 01: Livro Didático do 1º ano do Ensino Médio

IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO		
	TÍTULO	HISTÓRIA: Sociedade & Cidadania
	AUTORIA	Alfredo Boulos Júnior
	EDIÇÃO	2ª edição
	EDITORA	FTD
	VOLUME	01
	ANO	2016
	LOCAL	São Paulo
	PAGINAS	288
	NIVÉL	Ensino Médio
	TEMATICA	O volume 1 expõe acerca dos primeiros grupos humanos que habitam o planeta, passando pela antiguidade até acontecimentos dos séculos XV e XVI.

AUTOR

Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático⁷.

RECURSOS

Apresenta várias ilustrações relacionadas aos conteúdos, boxes, mapas, gráfico, tabelas.

UNIDADES TEMATICAS/CAPITULOS

cristão, de forma a relegar outros personagens ao esquecimento. Podemos ver nas obras de: (REIS, 1999), e MONTEIRO, Luíra Freire. Retórica da alteridade - Portugal e portugueses na historiografia brasileira. SP: HEDRAS, 2016. As formas que historiadores de várias épocas representam pessoas negras em suas obras, em diferentes períodos da história do Brasil, de forma a ter a percepção de como essa história tradicional influenciou os currículos escolares, e as representações das pessoas negras nos LD's.

⁵ Decreto 4.886/03 disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm>. Acesso em: 21 Fev. 2022.

⁶ Quadros adaptados de (ALVES e BARBOSA, 2019)

⁷ Texto informado pelo autor em seu currículo Lattes.

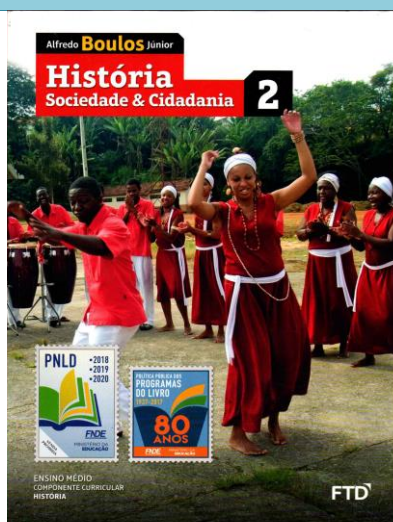
UNIDADE 1 - TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E VIDA SOCIAL	
Cap. 1	História, cultura, patrimônio e tempo
Cap. 2	A aventura humana: primeiros tempos
UNIDADE 2 - CIDADES: PASSADO E PRESENTE	
Cap. 3	Mesopotâmia
Cap. 4	África antiga: Egito e Núbia
Cap. 5	Hebreus, fenícios e persas
Cap. 6	Civilização chinesa
UNIDADE - 3 DEMOCRACIA: PASSADO E PRESENTE	
Cap. 7	O mundo grego: democracia e cultura
Cap. 8	Roma antiga
Cap. 9	A crise de Roma e o Império Bizantino
UNIDADE - 4 DIVERSIDADE RELIGIOSA: O RESPEITO À DIFERENÇA	
Cap. 10	Os francos e o feudalismo
Cap. 11	Civilização árabe-muçumana
Cap. 12	Formações políticas africanas
Cap. 13	Tempos de reis poderosos e impérios extensos
Cap. 14	Renascimento e reformas religiosas

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

- Capa com cores bem vivas, com uma imagem de duas moças dançando quadrilha no São João de 2015 em Campina Grande - PB, com título e nome do autor, além dos selos do PNL D e FNDE;
- Apresenta sumário dividido por unidade e capítulos como é mostrado acima nesse mesmo quadro;
- Apresenta textos complementares em todos os capítulos, alguns deles seguidos de perguntas relacionadas;
- Na maioria dos capítulos há exercícios, com questões de Universidades, Faculdades e de Provas de Enem anteriores;
- Há sugestão de atividades interdisciplinares, relacionadas com outros saberes;
- Há várias imagens em todos os capítulos que se relacionam com o conteúdo abordado;
- Há várias indicações de documentários, vídeos, e trechos de falas de autores especialistas nos temas abordados.

Quadro – 02: Livro Didático do 2º ano do Ensino Médio

IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO	
TÍTULO	HISTÓRIA: Sociedade & Cidadania
AUTORIA	Alfredo Boulos Júnior
EDIÇÃO	2ª edição
EDITORA	FTD
VOLUME	02
ANO	2016
LOCAL	São Paulo
PAGINAS	288
NIVÉL	Ensino Médio
TEMATICA	O volume 2 trata da chegada dos europeus na América até o século XIX, dando ênfase maior à história europeia e americana.



AUTOR

Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático.

RECURSOS

Apresenta várias ilustrações relacionadas aos conteúdos, boxes, mapas, tabelas.

UNIDADES TEMATICAS/CAPITULOS

UNIDADE 1 – NOS E OS OUTROS: A QUESTÃO DO ETNOCENTRISMO

Cap. 1	América indígena
Cap. 2	Colonizações: espanhóis e ingleses na América
Cap. 3	A América portuguesa e a presença holandesa

UNIDADE 2 – DIVERSIDADE E PLURALISMO CULTURAL

Cap. 4	Africanos no Brasil: dominação e resistência
Cap. 5	Expansão e ouro na América portuguesa
Cap. 6	A Revolução Inglesa Industrial

UNIDADE 3 - CIDADANIA: PASSADO E PRESENTE

Cap. 7	O Iluminismo e a formação dos Estados Unidos
Cap. 8	A Revolução Francesa e a Era Napoleônica
Cap. 9	Independências: Haiti e América espanhola
Cap. 10	Emancipação política do Brasil
Cap. 11	O reinado de Dom Pedro I: uma cidadania limitada

UNIDADE 4 - TERRA E LIBERDADE

Cap. 12	Regências: a unidade ameaçada
Cap. 13	Modernização, mão de obra e guerra no Segundo Reinado
Cap. 14	Abolição e República

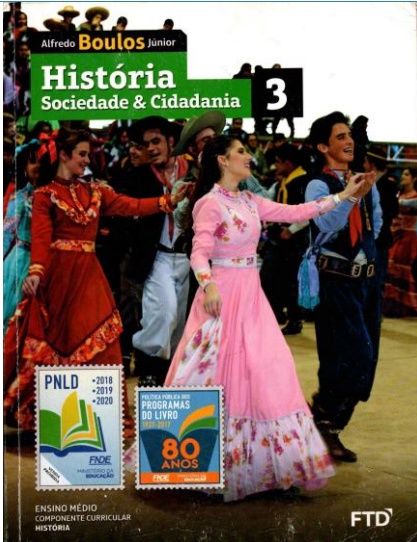
CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

- Capa com cores bem vivas, com uma imagem de uma manifestação cultural de raiz banto, o Jongo, em 2007 na cidade de São Paulo - SP, com título e nome do autor, além dos selos do PNLD e FNDE;
- Apresenta sumário dividido por unidade e capítulos como é mostrado acima nesse mesmo quadro;
- Apresenta textos complementares em todos os capítulos, alguns deles seguidos de perguntas relacionadas;
- Na maioria dos capítulos há exercícios, com questões de Universidades, Faculdades e de Provas de Enem anteriores;
- Há sugestão de atividades interdisciplinares, relacionadas com outros saberes;
- Há várias imagens em todos os capítulos que se relacionam com o conteúdo abordado;
- Há várias indicações de documentários, vídeos, e trechos de falas de autores especialistas nos temas abordados.

Quadro – 03: Livro Didático do 3º ano do Ensino Médio

IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO

TÍTULO	HISTÓRIA: Sociedade & Cidadania
AUTORIA	Alfredo Boulos Júnior
EDIÇÃO	2ª edição
EDITORA	FTD
VOLUME	03
ANO	2016
LOCAL	São Paulo
PAGINAS	288

	NÍVEL	Ensino Médio
	TEMÁTICA	O volume 3, que inicia com acontecimentos do século XIX até os dias atuais com a nova ordem mundial.

AUTOR

Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático.

RECURSOS

Apresenta várias ilustrações relacionadas aos conteúdos, boxes, mapas, tabelas.

UNIDADES TEMÁTICAS/CAPÍTULOS

UNIDADE 1 – RESISTÊNCIA E DOMINAÇÃO

Cap. 1	Industrialização e imperialismo
Cap. 2	A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa
Cap. 3	Primeira Republica: dominação e resistência

UNIDADE 2 – PROPAGANDA POLÍTICA, ESPORTE E CINEMA

Cap. 4	A Grande depressão e os fascismos
Cap. 5	A Segunda Guerra Mundial
Cap. 6	A Era Vargas
Cap. 7	A Guerra Fria

UNIDADE 3 – MOVIMENTOS SOCIAIS

Cap. 8	Independências: África e Ásia
Cap. 9	O socialismo real
Cap. 10	De Dutra a Jango: uma experiência democrática
Cap. 11	O Regime Militar

UNIDADE 4 – MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Cap. 12	O fim do bloco soviético e a nova ordem mundial
Cap. 13	O Brasil e a nova ordem mundial

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

- Capa com cores bem vivas, com uma imagem de casais dançando uma dança típica do município de Farroupilha, em 2015 na cidade de Santa Maria - RS, com título e nome do autor, além dos selos do PNL e FNDE;
- Apresenta sumário dividido por unidade e capítulos como é mostrado acima nesse mesmo quadro;
- Apresenta textos complementares em todos os capítulos, alguns deles seguidos de perguntas relacionadas;
- Na maioria dos capítulos há exercícios, com questões de Universidades, Faculdades e Provas de Enem anteriores;

- Há sugestão de atividades interdisciplinares, relacionadas com outros saberes;
- Há várias imagens em todos os capítulos que se relacionam com o conteúdo abordado;
- Há várias indicações de documentários, vídeos, e trechos de falas de autores especialistas nos temas abordados.

4.1 CONTEÚDOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A ÁFRICA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E O/A NEGRO/A NA COLEÇÃO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA

Tendo como ponto principal da análise as populações negras, e como são representadas na escrita da coleção referida, seja na história da África ou do Brasil, ou como essa escrita está representando-o em outros recortes da história, essa pesquisa abarca a coleção **História, Sociedade e Cidadania**, que é umas das coleções aprovadas no PNLD de 2018.

No livro do primeiro ano, o capítulo 01 cujo título é “**História, cultura, patrimônio e tempo**”, o autor discorre acerca de algumas fontes históricas, sobre o conceito de cultura e patrimônio, e cita como cultura de raiz africana as “**Matrizes do Samba no Rio de Janeiro**”, mostrando na mesma página uma imagem do museu do samba carioca.

No capítulo 02 “**A aventura humana: primeiros tempos**”, o autor começa com uma notícia, referente a uma nova espécie do gênero *homo* descoberta na África do Sul, para começar o diálogo sobre o surgimento da humanidade que nos remete ao continente africano. Continuando no mesmo capítulo com a descoberta de Luzia, ligando a pré-história brasileira diretamente a história da África,

Em 1999, o estudioso brasileiro Walter Neves surpreendeu a comunidade científica internacional ao revelar para o mundo o mais antigo fóssil humano conhecido até então na América: tratava-se do crânio encontrado no sítio Lapa Vermelha IV, em Lagoa Santa, Minas Gerais, e que pertencia a uma jovem, que viveu a cerca de 11500 anos; os arqueólogos a batizaram de Luzia. (BOULOS JÚNIOR, 2016a, p.39)

Devido à morfologia⁸ do crânio de Luzia, foi possível identificar que a mesma era semelhante a alguns nativos da África e da Austrália, ou seja, Luzia seria do tipo negroide, gerando a ideia defendida por Neves e Mark Rubbe⁹ que populações desse gênero teriam sido as primeiras a habitar o Brasil, vindos da África, se sucedendo de outros gêneros com características asiáticas que tiram dado origem as populações indígenas do Brasil, ligando o continente africano diretamente com os primeiros habitantes do Brasil.

No capítulo 04 “**África Antiga: Egito e Núbia**” o autor começa discutindo sobre o Egito; sua cultura, economia, formação social e divide o próprio Egito em três impérios, dentro desse contexto da chamada África “branca”, o termo referente a povos negros só aparece quando segundo Boulos Júnior (2016a, p.66) está abordando o médio império do Egito, em um pequeno trecho: “Os faraós desse período incentivaram a atividade cultural e econômica, intensificando seu comércio com a Nubia, região situada ao sul, rica em minerais e habitada por povos negros.”.

Segue-se no mesmo capítulo a abordagem sobre a Civilização Núbia, na qual esse território se encontra o Reino de *Kush*, que mantinha relações comerciais com o próprio Egito, chegando a ser conquistado pelo mesmo e vice versa, como aborda Boulos Junior (2016a, p.73) “Sabe-se também que, por volta de 1530 a.C., o Reino de *Kush* foi conquistado

⁸ Forma e feição do crânio.

⁹ É doutor em antropologia biológica pela USP. Atualmente, é professor associado do Departamento de Antropologia da *The Ohio State University*.

pelo Egito. Mais tarde, em 730 a.C. ocorreu o contrário os cuxitas conquistaram o Egito, dando início a 25ª **dinastia dos faraós negros**”

Com essas informações pode-se perceber a importância de outras civilizações além do próprio Egito, sendo o Reino de *Kush* capaz de conquistá-lo, e também formar uma dinastia de faraós negros, bem como as peculiaridades do próprio reino, como sua formação, sua dependência das águas do Nilo para sua subsistência e comércio, como o próprio Egito. A escolha do Rei que se dava de forma que o mesmo era escolhido pelos líderes das comunidades que formavam o reino, o papel das rainhas-mães que tinham grande influência sobre o governo, além de a região ser rica em minerais como: ouro, ferro e pedras preciosas, tendo um artesanato variado desenvolvido pelos cuxitas que era de grande qualidade; também comercializavam com outras partes da África, principalmente por meios fluviais.

No capítulo 08 “**Roma Antiga**”, há uma pequena menção à África no que diz respeito às guerras púnicas, onde Roma e Cartago¹⁰ batalharam por terras e rotas de comércio no mediterrâneo. Ainda no mesmo capítulo na abordagem sobre o cristianismo, o autor coloca três representações de Jesus, na qual a representação francesa é retratada um Jesus negro, gerando um debate em torno das representações que o cristianismo faz sobre a aparência do mesmo, no qual o modelo eurocêntrico o traz com longos cabelos lisos e olhos azuis.

No capítulo 12 “**Formações políticas africanas**”, traz em seu início a ilustração de máscaras provenientes de inúmeras regiões da África, e em seguida mostra as variadas fontes de história africana, os aspectos físicos/geográficos do continente, como quando se referem aos povos por região, como é abordado por Boulos (2016a, p.219) “No oeste e sul do *Sahel* viviam povos negros, chamados, genericamente, de sudaneses, como os *bambaras*, os *fulas*, os *mandigas*, os *haucás*, entre outros.”.

Seguindo o diálogo o autor em outro trecho sobre o comércio no Saara, relativo aos povos negros de *Sahel*, em suas negociações envolviam ouro, sal e pessoas escravizadas, a primeira menção a escravidão na África ocorre nesse trecho. Posteriormente na região de *Sahel* o autor aborda a expansão do islamismo, e a formação de dois importantes impérios nessa região: Gana e Mali.

Com relação ao império de Gana, é rico em ouro, domina outros territórios e pode ser classificado como tendo uma divisão por áreas, sendo uma com religiões tradicionais e outra islamizada. Já Mali tem suas principais informações advindas de *griôs*¹¹, e tem na figura de *Sundiata* o principal formador do império, conquistando outros povos, e comportando várias etnias em seu império, onde o mesmo se converteu ao islamismo, percebendo-se que assim como Gana, Mali também era flexível com relação à liberdade de escolher qualquer crença religiosa, seja do islamismo, ou das tradicionais religiões africanas.

O autor segue abordando a questão linguística, como povos classificados mandingas pertencentes à África ocidental e os bantos nas terras africanas ao sul do *Sahel*, que mais a frente no mesmo capítulo, um trecho de uma fala de Alberto da Costa e Silva, do livro: “A África explicada aos meus filhos”, se refere à importância dos troncos linguísticos africanos para própria formação da língua brasileira, e a quantidade de palavras que utilizamos sem saber que remetem a línguas de origem africana.

Seguindo no mesmo capítulo a formação do Reino do Congo, a abordagem segue por sua formação, os grupos que se sobressaem sobre os outros, as línguas faladas, a economia baseada na agricultura, artesanato e comércio. E ainda o contato com os portugueses em 1483, resultando na aliança com *Mbemba* que assumiu o controle do reino já convertido ao cristianismo com o nome de Afonso I, resultando na cristianização do reino,

¹⁰ Colônia formada pelos fenícios no norte da África

¹¹ Poetas, músicos e cantores que conservam e transmitem canções e histórias de seu povo, também chamados de bibliotecas vivas.

mutando o nome da capital, construindo igrejas, traficando escravos, e posteriormente percebendo as intenções dos portugueses como aborda o autor,

[...] no entanto, ele logo concluiu que o governo português tinha dois objetivos principais na África: escravos e metais preciosos. Inicialmente, parte da nobreza conga julgou possível exercer o controle sobre o comércio de pessoas e extrair vantagens dele, mas logo percebeu que isso era impossível. [...] (BOULOS JÚNIOR, 2016a, p.227)

Com isso é importante perceber o teor que a escravidão passa a ter no contexto de contato com os portugueses, e dos relatos do próprio Rei com relação a tal prática,

Dia a dia, os traficantes estão raptando nosso povo – crianças deste país, filhos de nobres e vassallos, até mesmo pessoas de nossa própria família [...] Essa forma de corrupção e vício está tão difundida que nossa terra acha-se completamente despovoada [...] Neste nosso reino, só precisamos de padres e professores, nada de mercadorias, a mesmo que sejam vinho e farinha para a Missa [...] É nosso desejo que este reino não seja um lugar de tráfico ou de transporte de escravos. (BOULOS JÚNIOR, 2016a, p.227, apud HOCHSCHILD, 1999, p.22)

A escravidão é tida como um dos fatores para o declínio do próprio império, resultando na derrota para os portugueses, o que também retrata a forma de dominação, que era de plantar a discórdia entre grupos da própria região e “financiar” os embates entre os mesmos, lucrando com a situação, mesmo que em parte esses grupos achassem que estavam se dando bem com aquela situação, no final eram todos tidos como mercadoria, fossem eles simples servos ou reis.

Seguindo o autor aborda duas figuras importantes para cultura africana no Brasil, são eles **Nei Lopes**, escritor, compositor, cantor e pesquisador de culturas de matriz africana além de ser autor de vários livros sobre o tema, e o outro é **Martinho José Ferreira** (Martinho da Vila), compositor principalmente de vários sambas enredos relativo à cultura africana e autor de vários livros. Ainda no mesmo capítulo é abordado o grupo étnico iorubá, suas origens narradas através da tradição oral, sua história e mitologia, as cidades de *Ilê-Ifé*, *Oyo* e o reino de Benin como grandes centros importantes para os povos iorubás em diferentes momentos, e com relação ao primeiro contato com o Brasil,

[...] foi por volta de 1830, quando os mulçumanos destruíram a cidade de Oyo, que milhares de iorubas foram trazidos para o Brasil como escravizados e seu ponto de entrada foi Salvador. Entre os iorubas aqui chegados havia grande número de sacerdotes, líderes políticos, artesãos e artistas, que foram empregados, sobretudo, em trabalhos urbanos e domésticos, na cidade de Salvador e no Recôncavo Baiano. [...] (BOULOS JÚNIOR, 2016a, p.234)

Com isso fica perceptível como às várias etnias apresentadas neste capítulo trazem subsídios para compreender como a influência das culturas de matriz africanas estão explícitas na própria formação do Brasil.

No capítulo 13 “**Tempos de reis poderosos e impérios extensos**” podemos observar discussões sobre a busca de especiarias relativas às grandes navegações nas quais o nordeste da África aparece como um dos destinos. Seguindo com a conquista da cidade africana de Ceuta em 1415, bem como das tentativas dos portugueses de contornar o continente africano em busca de chegar às índias, além de uma cronologia das navegações e os pontos que vão sendo atingidos durante esse tempo.

No livro do segundo ano, no capítulo 03 “**A América portuguesa e a presença holandesa**”, o autor discorre acerca da mão de obra utilizada e de como ela passa a utilizar

escravos trazidos da África no início do século XVII, e das várias habilidades que os mesmos dispunham, como mestre de açúcar, purgador, ferreiro, caldeireiro, além do lucro obtido com o tráfico desses escravos, como aponta o autor,

[...] muitas fortunas foram feitas com o comercio de africanos. Enriquecidos por meio do tráfico atlântico, comerciantes estabelecidos em cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife usavam navios próprios e forneciam empréstimos aos senhores de engenho para a compra de escravos e/ou equipamentos. [...] (BOULOS JÚNIOR, 2016b, p.64)

Sendo assim, o tipo da escravidão praticada no Brasil era muito mais do que uma busca por mão de obra, e sim um negócio lucrativo; o tráfico no atlântico se mostrou um grande negócio para vários comerciantes.

Ainda no mesmo capítulo um negro assume o destaque, **Henrique Dias**, que era líder de um batalhão de negros, que ao lado de Felipe Camarão, um índio, e André Vidal de Negreiros lutaram contra os holandeses na batalha dos Guararapes, resultando na imagem de um Brasil que simboliza a “união” das três raças, episódio esse, por exemplo, abordado por Reis (1999), o único onde Varnhagen atribui alguma importância ao negro quando fala dos mesmos em sua História geral do Brasil.

No capítulo 04 “**Africanos no Brasil: dominação e resistência**”, a primeira página do capítulo traz imagens de quatro afrodescendentes famosos, em profissões diferentes, para iniciar o diálogo sobre seus ancestrais, seguindo com a problemática da escravidão na própria África, onde os indivíduos poderiam ser escravizados por vários motivos como: guerras, fome, punição judicial e penhora humana, além das características próprias dessa escravidão,

[...] diferentemente do que ocorria na Grécia e na Roma Antiga, nas sociedades tradicionais africanas, os escravizados eram minoria; além disso, a escravidão africana tinha características próprias: a perda da liberdade pessoal não era completa, e os cativos eram integrados ao grupo dos vencedores em posições subalternas. Em muitos casos podiam casar-se com pessoas livres e, com o tempo, ascender socialmente tornando-se comerciantes, ministros ou funcionários da Corte de um poderosos. Nas sociedades tradicionais africanas, os descendentes de escravizados tinham os mesmos direitos das pessoas livres, podendo, inclusive, comprar e herdar bens. (BOULOS JÚNIOR, 2016b, p.79.)

Diferente de outros tipos de escravidão, a escravidão praticada na África por sociedades tradicionais não tinha um viés econômico inicialmente. Todavia, debates tentam justificar a prática escravista que ocorreu no Brasil, com a justificativa que os próprios africanos se escravizavam, no entanto, esta prática era mais cultural que econômica, e quando a mesma passou a ser mais econômica que cultural, o povo que vendia seus escravizados não os consideram como sendo do mesmo povo que o seu, como pode ser visto em um trecho do mesmo capítulo de um fragmento tirado da obra de Silva,

[...] Quando um chefe efique de Velho Calabar vendia a um navio europeu um grupo de cativos ibos, não estava vendendo africanos nem negro, mas ibos, uma gente que, por ser considerada por ele inimiga e bárbara, podia ser escravizada. E quando negociava um efique condenado por crime, vendia quem, por força da sentença, deixara de pertencer ao grupo. (BOULOS JÚNIOR, 2016b, p.80 apud SILVA, 2012, p.88-89.)

Dessa forma, devido ao contato com os europeus, sua chegada ao litoral africano e a construção de feitorias, a escravidão comercial vai se tornando cada vez mais uma prática comum, de forma que inicialmente era feita pelo rapto dos mesmos, começa a se tornar um

negócio rentável para partes envolvidas. Continuando o autor aborda as estratégias utilizadas pelos europeus, como fornecer produtos, armas e outros do gênero alimentício; essas mesmas armas aumentavam o poderio de fogo de um povo contra o outro gerando prisioneiros do povo que fosse derrotado e esses seriam vendidos como escravos, ou trocados por novas armas gerando um ciclo vicioso.

O capítulo segue contemplando como esses escravizados eram trazidos em navios negreiros, bem como as condições de maus tratos sofridas, além da estimativa de quantos escravizados foram obrigados a deixar a África rumo à América entre os séculos XVI e XIX. Ainda são mostradas imagens retratando manifestações culturais, na forma de dança, da cultura banto, jeje e ioruba.

Em seguida o autor aborda os vários trabalhos que os escravizados desempenhavam em todo o território, bem como sua alimentação escassa, da violência com relação a punições e castigos sofridos, e do mais importante a resistência, que se dava de várias formas,

[...] Eles reagem fisicamente fazendo “corpo mole” no trabalho, quebrando ferramentas, incendiando plantações, agredindo feitores e senhores. Chegaram, inclusive, a praticar o suicídio. Os escravizados resistiram também, culturalmente, fundando irmandades, praticando religiões de matriz afro e a capoeira ou promovendo festejos como o congado. (BOULOS JÚNIOR, 2016b, p.85.)

O autor ainda traz mais formas de resistência como a própria fuga, que resultava na formação de quilombos, onde o de maior importância é o dos Palmares, durando cerca de 100 anos, entre períodos de guerras, com grandes líderes como Ganga-Zumba e Zumbi. O capítulo termina com a abordagem sobre os remanescentes desses quilombos e como o Art. 68 da Constituição de 1988 garante o direito das terras aos seus moradores.

No capítulo 05 “**Expansão e ouro na América portuguesa**” o autor retrata um trecho sobre as negras vendedoras, que eram alforriadas, sustentavam sua família com seu trabalho e protegiam escravos, seguindo do caso de João Fernandes que se casou com Chica da Silva uma negra, e de como era a vida dos negros que trabalhavam na mineração.

No capítulo 07 “**O iluminismo e a formação dos Estados Unidos**” o autor faz uma pequena menção com relação aos que ficaram de fora dos direitos relacionados à cidadania na constituição dos EUA onde os afro-americanos escravizados continuavam na mesma situação por quase 90 anos.

No capítulo 09 “**Independências: Haiti e América espanhola**” já na segunda página são citados os integrantes que faziam parte das cidades hispano-americanas e dentre eles os africanos escravizados, com ênfase para o trabalho que desempenhavam nas plantações em grande parte de cana-de-açúcar, seguindo o autor aborda a independência do Haiti que antes de 1804 se chamava São Domingos, sendo uma ilha no caribe dividida em uma parte ocidental ocupada pelos franceses e a parte oriental ocupada pelos espanhóis, e inicialmente utilizada a mão de obra escrava, e com uma população de 85% de negros, a independência do Haiti foi bastante significativa, como aborda o autor,

A notícia da vitória dos negros no Haiti logo se espalhou por toda a América, disseminando o medo entre as elites; no Brasil, esse medo, chamado à época de **haitianismo**, foi particularmente intenso, já que cerca de 2/3 da população do país era composta de negros escravizados. (BOULOS JÚNIOR, 2016b, p.181.)

A independência do Haiti teve um misto de combinações entre independência e abolição, servindo para inspirar vários outros levantes pelas Américas, bem como deixar países escravocratas preocupados, como no caso do próprio Brasil.

No capítulo 10 “**Emancipação política do Brasil**” o autor começa a discorrer sobre as revoltas na colônia, dentre elas a Conjuração Baiana (Revolta dos Alfaiates) composta por

mestiços, negros e pobres, e também a Revolução de 1917 de Pernambuco destacada pela violência imposta aos revoltosos principalmente os negros temendo-se o fenômeno do haitianismo, e o levante dos escravos.

No capítulo 11 “**O reinado de Dom Pedro I: uma cidadania limitada**” o autor aborda em um pequeno trecho a discriminação sofrida por negros após a constituição de 1824, onde os mesmos se não apresentassem sua carte de alforria sofreriam de todo tipo de violência.

No capítulo 12 “**Regências: a unidade ameaçada**” Boulos Júnior, (2016b, p.237 apud OLIVEIRA, 2016.) aborda a participação dos negros na Guerra dos Farrapos, tendo como principal intenção por parte dos mesmos a liberdade que fora prometida, “Estima-se que em alguns momentos os lanceiros negros, como ficaram conhecidos estes soldados, tenham representado metade do exército rio-grandense.” Mesmo assim a liberdade prometida não foi alcançada. Ainda No mesmo capítulo é abordado a Revolta do Malês, que tem como premissa rebeldia a opressão sofrida, tanto na questão da exploração do trabalho, quanto na perseguição das religiões praticadas, seguindo da Balaiada onde no que diz respeito aos negros, que seus trabalhos eram dobrados devido à condição de seus senhores no momento, ocasionando ainda mais fugas para quilombos.

No capítulo 13 “**Modernização, mão de obra e guerra no Segundo Reinado**” o autor cita de como o escravo africano era a principal mão de obras nos cafezais no início do século XIX, seguindo o capítulo ainda aborda a Lei Eusébio de Queirós, que proibia a importação de escravos, seguindo da Lei de Terras que obrigava indiretamente ex-escravos e homens livres a se submeterem aos trabalhos oferecidos pelos grandes proprietários de terras. Nesse contexto, aumentava o tráfico dentro do próprio território brasileiro entre regiões, esses ex-escravos eram tidos como preguiçosos e desleais sendo alvos de uma série de difamações, com isso como aborda Boulos Júnior (2016b, p.256) “Esse discurso que desqualificava a população afro-brasileira baseava-se e teorias produzidas na Europa, segundo as quais negros e mestiços eram “raças inferiores” e a “raça branca” era a única capaz de criar civilização. [...]”. Com isso tinha-se a ideia de branqueamento da população ao deixar de aproveitar essa população de afro-brasileiros e trazer imigrantes europeus para desempenhar os trabalhos propostos. Com relação à guerra do Paraguai no mesmo capítulo, é citada a participação dos negros que serviram ao exército, e de como os soldados brancos que lutaram ao lado dos mesmos questionaram o suporte que a monarquia dava a escravidão.

No capítulo 14 “**Abolição e República**” a autor aborda o processo de abolição, a resistência negra e figuras importantes para esse processo como André Rebouças, Joaquim Nabuco e Luiz Gama. A escravidão começa a ser vista como “vergonha da humanidade” já na segunda metade do século XVIII, mesmo com as pressões para o fim da escravidão no Brasil ela se torna lenta e gradual, com a criação de algumas leis como a do ventre livre e a do sexagenário, leis que beneficiavam poucas pessoas ou quase nenhuma, seguindo a Lei Áurea que “extinguiu” a escravidão no Brasil. O capítulo termina com um trecho sobre a vida desses libertos, as poucas oportunidades, as dificuldades, as desigualdades sociais, tornando a vida dos afrodescendentes extremamente difíceis.

No livro do terceiro ano, no capítulo 01 “**Industrialização e imperialismo**”, a autor começa a abordagem sobre o tema falando sobre o *darwinismo* social, e de como essa teoria europeia classifica as raças, e que a “raça negra” é inferior em relação à “raça branca”, e de como essa teoria justificava a dominação imperialista nesses países considerados inferiores. Seguindo no mesmo capítulo o autor discorre acerca da Revolta de Bambata, resistência dos zulus contra africâderes (descendentes dos colonizadores holandeses) e britânicos.

O capítulo segue com a abordagem sobre o colonialismo na África, e os países europeus que espoliaram o continente africano em busca riquezas, países como: França, Bélgica, Portugal, Alemanha e Espanha. O capítulo aborda as formas que esses países

exploravam e se apoderavam dos territórios africanos, e de como propunham entre-se uma forma “legal” de dominação, por meio de conferências que legitimavam suas posses e direitos de exploração sobre os mesmos territórios.

No capítulo 04 “**A grande Depressão e os fascismos**” há uma imagem de Jesse Owens¹² recebido na volta das Olimpíadas de Berlim de 1936, onde o mesmo ganhou 4 medalhas de ouro, desbancando a teoria hitlerista da “superioridade da raça ariana”.

No capítulo 08 “**Independência: África e Ásia**” o autor cita os principais fatores que resultam nas independências, como; o foco dos países europeus pós-segunda guerra, os movimentos de libertação que se intensificaram, a negritude, o pan-arabismo e o pan-africanismo que surge como principal desse movimento, tratando a raça como um elemento de união e capaz de conferir identidade a diferentes negros da África na luta contra seus opressores. O capítulo segue abordando a independência de vários países africanos sejam eles de forma diplomática ou por ações violentas e lutas, dentre esses países, são citados, Gana, Quênia, Congo, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Como o último ponto do capítulo o autor aborda a luta pela segregação racial na África do Sul, o *apartheid*, os vários massacres contra negros nesse período, a importância de Nelson Mandela para que esse regime acabasse, e a luz no fim do túnel quando o mesmo é eleito presidente da África do Sul em 1994.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da análise o objetivo inicial do trabalho foi atingido, ou seja, ao propor o estudo das obras pudemos observar como a representatividade da população negra acontece na coleção escolhida. A análise nos permitiu observar que a coleção apresenta subsídios para se pensar a temática da história da África e da Cultura afro-brasileira com mais criticidade, trazem além do próprio conteúdo, outras possibilidades como imagens, referências de documentários, trechos de obras de autores especialistas em História da África e de Cultura afro-brasileira como forma de provocar o(a) leitor(a) sobre o tema, incentivando-o a procurar por mais fontes que abordem tal temática.

Podemos encontrar nos três LD's da coleção em maior medida nos do primeiro e do segundo ano, uma variedade de informações na maioria dos capítulos, de uma história que não represente a pessoa negra como um ser passivo, de fácil aceitação de sua condição social, sendo aquele que resiste de várias formas, que se revolta, que luta por sua liberdade, que tem um passado além da própria condição que lhe foi imposta; já no que condiz respeito a representação da mulher negra nos LD's, os mesmos trazem as mulheres negras em certo ponto sendo representadas para além de escravizadas, como mulheres faraós e rainhas-mães, como representantes de etnias de matriz afro, mesmo a representação não sendo igualitária no que condiz aos homens negros, acreditamos que pode ser um começo, inclusive um começo de questionamentos de onde estavam estas mulheres para além do papel de mãe ou companheira.

Os três LD's também trazem capítulos próprios referentes à história da África, ou relacionando os africanos no Brasil, abordando um panorama que difere a história que é apresentada da história oficial onde os negros(a) ficam em segundo plano. Dessa forma, a discussão referente ao PNL (edital e guia), bem como a aplicação da Lei 10.639/2003 pelo mesmo fez-se pertinente, podendo-se considerar que são provocadas mudanças no LD's mudanças essas relacionadas à representatividade das populações negras, contribuindo para uma educação focada na construção de uma consciência crítica.

¹² James Cleveland Owens, conhecido por Jesse Owens, foi um atleta e líder civil norte-americano. Ele participou nos Jogos Olímpicos de Verão de 1936 em Berlim, Alemanha Nazista, em que ganhou quatro medalhas de ouro nos 100 e 200 metros rasos, no salto em distância e no revezamento 4x100m.

As possibilidades dessa temática não se esgotam, esse trabalho pode ser entendido como uma vírgula, e não como ponto final. Não foi possível, devido a uma série de questões, analisar a percepção dos(as) alunos(as) e professores(as) com relação as temáticas trabalhadas nos LD's, de forma que mesmo com os LD analisados trazendo um conteúdo que represente o negro(a) como propõe a Lei 10.639/2003, se faz necessário compreender a percepção dos(as) alunos(as) e professores(as) em sala de aula, ou seja, entender como estes instrumentos estão sendo trabalhados.

Com isso considera-se que os LD's da coleção analisada trazem subsídios para que seja possível um ensino de história da África e da cultura afro-brasileira que possibilite criticidade, e questionamentos sobre a temática, de forma a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem do ensino de história, mas também fica claro que para além do LD's os(as) professores(as) devem utilizá-los como propulsor de outras formas de ensino e fontes a serem trabalhadas em sala de aula, já que o mesmo apresenta diversas fontes e formas de conduzir os conteúdos apresentados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia de Albuquerque Alves. *Uma década da Lei 10.639/2003 nos cursos de história das instituições públicas de ensino superior na Paraíba: formação, pesquisa e ensino*. (Dissertação de Mestrado-UFPB). João Pessoa: 2016.

ALVES, Marcia de Albuquerque; BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Onde estão negras & negros na história da Paraíba: Análise da literatura didática sobre a luz da Lei nº 10.639/2003*. Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2019. *E-book*.

BARROS, Jose D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *O PNLD de história: momentos iniciais*. In__. ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p.63-82.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In__. BITTENCOURT, Circe (Org). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2020, p.69-90.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: Sociedade & Cidadania, 1º ano*. São Paulo: FTD, 2016a.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: Sociedade & Cidadania, 2º ano*. São Paulo: FTD, 2016b.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: Sociedade & Cidadania, 3º ano*. São Paulo: FTD, 2016c.

BRASIL. Ministério da Educação. Legislação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 10.639/03 de 08 de Janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do Livro Didático - PNLD 2018*. Brasília: MEC/SEB; FNDE, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos. PNLD 2018: História – Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEB; FNDE, 2017.

CAIME, Flávia Eloisa. *O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos*. In___. ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p.33-54.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, 2004.

MACEDO, Jose Rivair. *História da África*. 1.ed.7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático como indicio da cultura escolar*, Hist. Educ. (online), Porto Alegre, v.20, n.50, p.119-138, 2016.

REIS, Jose Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Mauricio. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX*. Estudos Avançados, São Paulo, v.8, n.21, p.21-42, 1994.